Pessoal menor

- 2 contínuos de 2.^a classe.
2 serventes.

Zonas**Zona n.º 1 — Pôrto :**

- 1 engenheiro de 2.^a classe.
2 engenheiros de 3.^a classe.
1 desenhador de 3.^a classe.
3 escriturários de 2.^a classe.
1 servente.

Zona n.º 2 — Vila Real :

- 1 engenheiro de 2.^a classe.
1 agente técnico de 3.^a classe.
1 desenhador de 3.^a classe.
2 escriturários de 2.^a classe.

Zona n.º 3 — Coimbra :

- 1 engenheiro de 3.^a classe.
1 agente técnico de 3.^a classe.
1 desenhador de 3.^a classe.
2 escriturários de 2.^a classe.

Zona n.º 4 — Viseu :

- 1 engenheiro de 3.^a classe.
1 agente técnico de 2.^a classe.
1 desenhador de 3.^a classe.
2 escriturários de 2.^a classe.

Zona n.º 5 — Santarém :

- 1 engenheiro de 3.^a classe.
1 agente técnico de 3.^a classe.
1 desenhador de 3.^a classe.
2 escriturários de 2.^a classe.

Zona n.º 6 — Castelo Branco :

- 1 engenheiro de 3.^a classe.
1 agente técnico de 3.^a classe.
1 desenhador de 3.^a classe.
2 escriturários de 2.^a classe.

Zona n.º 7 — Lisboa :

- 1 engenheiro de 2.^a classe.
1 agente técnico de 3.^a classe.
1 desenhador de 3.^a classe.
2 escriturários de 2.^a classe.

Zona n.º 8 — Beja :

- 1 engenheiro de 3.^a classe.
1 agente técnico de 2.^a classe.
1 desenhador de 3.^a classe.
2 escriturários de 2.^a classe.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 4 de Janeiro de 1940.—O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

estabelecem os métodos a adoptar na resinagem dos pinhais.

Nestes termos :

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte :

Artigo único. O artigo 1.º e a alínea a) do artigo 8.º do decreto-lei n.º 28:492, de 19 de Fevereiro de 1938, passam a ter a seguinte redacção :

Artigo 1.º É proibido fazer feridas para resinagem de pinheiros que excedam as seguintes dimensões :

	Largura Centímetros	Altura Centímetros	Profundidade Centímetros
No primeiro ano . . .	9	50	1,5
No segundo ano . . .	9	55	1,5
No terceiro ano . . .	9	55	1,5
No quarto ano . . .	8	60	1,5

§ 1.º Não poderão fazer-se presas de dimensões inferiores a 10 centímetros nem resinar pinheiros com menos de 30 centímetros de diâmetro na altura do peito (a 1^m,30 do solo), salvo, neste último caso, quando se trate de árvores para desbaste ou corte final.

§ 2.º Salvo quando se trate de árvores para desbaste ou corte final, não poderão fazer-se novas feridas na base de cada pinheiro sem que as anteriores tenham sido exploradas pelo menos durante três anos, mas a exploração do primeiro ano de uma nova ferida deve ser simultânea com a do quarto ano da ferida anterior; podem, no entanto, explorar-se simultaneamente duas feridas no mesmo pinheiro, independentemente dessa restrição, quando êle tenha atingido 40 centímetros de diâmetro na altura do peito.

§ 3.º Nos anos de 1940 e 1941 são ainda permitidas feridas para resinagem de pinheiros que não excedam 11 centímetros de largura e 1,5 centímetros de profundidade.

§ 4.º É ainda permitido resinar pinheiros com menos de 30 e mais de 25 centímetros de diâmetro na altura do peito (a 1^m,30 do solo), desde que a exploração para resinagem dêsses pinheiros tenha sido iniciada antes de 1940.

§ 5.º As dimensões das feridas medem-se da origem dos tecidos vermelhos da casca (ou carrasca) em linha recta e segundo as maiores dimensões, conforme se faz usualmente nos serviços dependentes da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

§ 6.º Na medição da largura das feridas é sempre admitida a tolerância de 1 centímetro e na medida da profundidade a de 0,5 centímetros.

§ 7.º Sempre que o desejem, poderão os proprietários dos pinhais ou quaisquer interessados na exploração resinosa requerer à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, identificando minuciosamente a propriedade, e mediante pagamento antecipado das respectivas despesas prováveis, vistoria para exame ou parecer sobre a condução da resinagem.

Artigo 8.º

a) Os industriais de produtos resinosos ou os fornecedores de resina, quando os trabalhos de extrac-

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria

Decreto-lei n.º 30:254

A experiência de cerca de dois anos aconselha a modificação de algumas das disposições que actualmente

ção de gema estejam sendo efectuados por capatazes ou empreiteiros inscritos na Junta a seu pedido ou por quaisquer pessoas que trabalhem por sua conta e sob as suas ordens.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Janeiro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas

Repartição das Corporações e Associações Agrícolas

Despacho ministerial de 27 de Dezembro de 1939:

Fixando, sob proposta da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores e nos termos do artigo 4.º do decreto n.º 29:779, de 25 de Julho do corrente ano, em \$04 a taxa a cobrar, como receita da mesma Comissão, por cada quilograma de milho exportado do Arquipélago.

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 28 de Dezembro de 1939.— O Director Geral, *A. Botelho da Costa*.